COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO GRANDE

XV Reunião Extraordinária

16/09/2014

Casa do Meio Ambiente – Barreiras - BA

Aos dezesseis dias de setembro do corrente ano, reuniram-se na Casa do Meio Ambiente de Barreiras, às 08:00 horas, os membros do Comitê de Bacia do Rio Grande para realização da XV Reunião Extraordinária do CBHGRANDE: **1- Abertura e comprovação de *quórum*; 2- Aprovação das Ata da XIV – Reunião extraordinária de 08/05/2014; 3- O que ocorrer.** No item **1- Abertura e comprovação de quórum:** Iniciou-se a reunião às 8 horas, na 1ª chamada, não houve *quórum.* Na 2ª chamada, às 9 horas, estavam presentes 13 membros do CBHGRANDE. No item **2- Aprovação da Ata da XIV– Reunião Extraordinária de 08/05/2014:** Não foi realizado ação sobre este ponto de pauta visto que a diretoria não enviou a ata para os membros, assim como não disponibilizou a mesma na plenária, passando este ponto para a próxima reunião plenária. **3- Continuação da mediação do Conflito no Rio das Fêmeas:** A reunião se iniciou com a fala da presidenta Maria Anália que expôs a situação do conflito e como seria a atividade do dia. Após uma pequena explanação da presidenta, os representantes da PCH e da Neoenergia iniciaram a apresentação do parecer técnico sendo concedido tempo de 45' (quarenta e cinco minutos para apresentação do parecer), que foi feito pelo Engº Civil Tarcisio Luiz Coelho de Castro – Professor assistente da UFRJ, CREA-RJ 45007/D. Após a apresentação e entrega do parecer documento oficial do parecer, foi aberto para discussões. Cisino questiona porque existem várias PCH a montante e em outros rios, que não causam os mesmos problemas e perguntou qual situação que causa isto. O representante da PCH respondeu que cada PCH possui a sua particularidade em relação ao arranjo físico das estruturas. Cisino citou a operação da PCH em questão e comparou com as outras PCH no Rio das Fêmeas. O representante respondeu sobre a diferença das PCH. Cláudio afirmou que a PCH quis dividir as culpas no parecer apresentado e acha que a mesma deveria apresentar uma saída, pois existem problemas e teremos que resolvê-los. Continuou destacando a segurança por causa da operação e comentou sobre a questão dos problemas de saúde de

pele. Citou a questão dos agrotóxicos sinalizada na apresentação e diz que é preciso os dados para análise da situação. O representante, Engº Tarcisio informou sobre a situação do rio a jusante da PCH. Ainda disse que mudaram a regra operativa para reduzir a oscilação do nível do rio à jusante da usina. Porém Cláudio disse que isto não resolvia a situação. Rudelvi perguntou sobre os agrotóxicos e quais foram as situações de amostragem, causas e resultados. Os representantes da PCH apresentaram os resultados das análises da qualidade da água em diversos pontos ao longo do rio das fêmeas e disseram que os resultados das campanhas estão protocolizados no INEMA. Martin comentou sobre a necessidade das comunidades e sobre os usos a montante. Tarcísio disse que a vazão do rio das Fêmeas (40 m³/s) poderia abastecer a cidade do Rio de Janeiro e que a segurança da barragem é eficiente por causa das fundações que foram realizadas. Sobre a qualidade da água disse que é preciso controle e monitoramento. Antônio disse que os representantes da PCH não apresentaram informações nem fatos novos e que o CBH Grande já sabe de toda a situação e resumiu sua fala dizendo que o parecer, quando fala dos problemas das captações das comunidades, é muito simplista; que a variação do nível do rio causa diversos problemas; destacou a repetida expressão do parecer que a usina opera a fio d'água; que a PCH informou que se obedecidos os limites das outorgas a montante da PCH não oferecem conflitos e que a ocorrência de variação do nível do rio na jusante da PCH está associada à parada das máquinas durante um curto período de tempo e por motivos externos às atividades de operação da usina. Antônio continuou dizendo que há um contra censo no parecer com o que ocorre na realidade, discutiu sobre a diferença de nível de mais de um metro na variação e sobre o By-Pass. Concluiu que, caso não seja dado tratamento sério e objetivo ao problema, não mais participará desta discussão. Daniel, da Bioeste, informou que o problema era previsto desde o licenciamento, que o mesmo acompanhou, e foi discutido anteriormente em reuniões públicas e que era possível prever e mitigar os impactos. Sugeriu a revisão da Licença Ambiental da PCH. Aline, da TNC, perguntou sobre compensação ambiental e a representante da PCH disse que a mesma é realizada na Estação Ecológica do Rio Preto, como exigido pelo

INEMA. Ainda citou sobre Cinturão Verde e RPPN, que já estão em fase de conclusão. Sobre o monitoramento limnológico e ictiológico, não foram realizados devido à falta de autorização do INEMA. Ainda afirmou sobre o acordo com a Prefeitura Municipal de São Desidério onde a mesma está contribuindo com a estruturação de aterro sanitário e outras ações. Sobre a situação das autorizações para os monitoramentos citados nada foi apresentado pelo INEMA e Maria Anália solicitou intervenção da diretoria. O professor Ricardo se apresentou e questionou a definição da operação de barragem a fio d'água, se a vazão mínima ficou abaixo da vazão mínima do período, frisou a questão da concentração de solutos relacionada à diminuição da quantidade de água e perguntou, também, se propõem alguma alternativa, elencada pelos técnicos do grupo Neoenergia nas suas reuniões. Os representantes explicaram a situação de operação a fio d'água, assim como disseram que já houve vazão histórica no rio inferior a vazão mínima registrada nos testes de operação realizados, porém não apresentou solução dos técnicos. Décio relembrou o início dos problemas e frisou que as captações das comunidades estão adequadas para operar em períodos de baixo nível, porém como o rebaixamento é muito grande, as mesmas ainda assim são afetados. Por fim os representantes da PCH alegaram que obras de engenharia para modificar as estruturas são inviáveis, devido às condições do terreno conter material sedimentar muito friável e quanto aos testes recentes, observaram a situação e sugeriram medidas mitigadoras. Cisino disse que como não houve propostas do grupo Neoenergia a solução seria o CBH Grande ir buscar outras instâncias, como o MP e o CONERH. Cláudio acha que não é inviável a instalação de um By Pass e o representante da PCH comentou oralmente soluções que atacam as consequências do problema como por exemplo a readequação dos sistemas de abastecimento das Comunidades, com a relocação das bombas e redimensionamento das Caixas D`água. Maria Anália questiona tal proposta devido ela não ter sido apresentada junto ao parecer e porque não foi formalizada. O representante da PCH, Sr Tiago solicita um documento oficial para reportar-se a sua diretoria. Maria Anália destacou a função do Comitê de Bacia na resolução de conflitos, com vistas à defesa do bem comum e não dos

segmentos específicos representados no Comitê e problematizou a permanência do conflito no uso das águas do Rio das Fêmeas diante da posição da PCH não atender à expectativa do Comitê. Mártin propõe a suspensão da autorização/licença para operação da PCH, até que a mesma se adeque. Cláudio propõe, concordando com Cisino, de encaminhar a situação ao MP e ao CONERH. Noá reforçou as considerações que devem constar na ata de reunião. Logo após as considerações e esclarecimento dos encaminhamentos foram colocadas em votação as propostas de: encaminhar ao MP e CONERH a situação do conflito e a recomendação ao órgão ambiental de revisão da Licença de Operação da PCH. Tendo as duas propostas votadas e aprovadas por unanimidade, foram feitas as consideração finais e concluída a Plenária Extraordinária. Nada a mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12h00min, e, eu, Wander do Nascimento, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada por todos.